



# Município de Constância

## **Câmara Municipal**

### **Ata n.º 9/2015**

Data da Reunião Ordinária – 23 de abril de 2015

Início da Reunião 15.00 horas

Termo da Reunião 17.30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Presidente: Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

Vereadores: António Luís Fernandes Mendes

Daniel Freire da Encarnação Martins

Natércio Francisco Canelhas Candeias

Arsénio de Oliveira Cristóvão

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenadora Técnica



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 23 de abril de 2015, com início pelas 15.00 horas, é a seguinte: -----

## 1. EXPEDIENTE -----

1.1 - 8.ª Alteração ao Orçamento e 6.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) / 2015 -----

1.2 - Núcleo de Tramitação de Processos e Apoio Administrativo - Relação de Despachos - Mês de março/2015 -----

1.3 - Declaração de Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2014, ao abrigo do previsto no art.º 15 da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março -----

## 2. BALANCETE E PAGAMENTOS -----

2.1 – Balancete -----

2.2 – Pagamentos -----

## 3. EDUCAÇÃO E ENSINO -----

3.1 - Escola Secundária c/ 3.º Ciclo do Entroncamento - Protocolo de Formação em Contexto de Trabalho -----

## 4. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

4.1 - Centro de Emprego de Abrantes - Cedência de espaço para sessão de informação coletiva (7.3.1.3) -----

4.2 - Normas de Funcionamento da Feira de Antiguidades e Velharias - Pomonas Camonianas -----

## 5. SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES -----

5.1 - Programa de Financiamento ao Associativismo 2014 - Apetrechamento - Clube Estrela Verde -----

5.2 - Associação Filarmónica Montalvense 24 de janeiro - Pedido de Subsídio -----

5.3 - Programa de Financiamento ao Associativismo 2014 - Apetrechamento - Associação Filarmónica Montalvense 24 de janeiro -----

5.4 - Programa de Financiamento ao Associativismo 2014 - Associação Filarmónica Montalvense 24 de janeiro – Apetrechamento -----

5.5 - Programa de Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros do Município -----

5.6 - Grupo Recreativo e Desportivo de Vale de Mestre "Os Relâmpagos" - Pedido de Apoio

## 6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

- 6.1 - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2014 -----
- 6.2 - Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2014 – Proposta -----
- 6.3 - Balanço Social de 2014 -----
- 6.4 - 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais para o ano de 2015 -----
- 6.5 - Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo para financiamento do investimento relativo à construção das acessibilidades ao Centro Escolar de Montalvo no montante de 250.000,00 euros -----
- 6.6 - Critério a aplicar na Afetação do Passivo da Resitejo à dívida do Município, no âmbito do determinado na alínea b) do n.º 1 do art.º 54 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro – Proposta -----
- 6.7 - Proposta de Delegação na Sr.ª Presidente da Câmara Municipal da competência para a Autorização de Compromissos Plurianuais e Revogação da Autorização Genérica concedida na sessão de 22 de dezembro de 2014 -----
- 7. APROVAÇÃO EM MINUTA -----**
- 8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----**

Constância, 23 de abril de 2015

A PRESIDENTE DA CÂMARA,

  
(Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim)





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Presidente, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores: António Luís Fernandes Mendes, Daniel Freire da Encarnação Martins, Natércio Francisco Canelhas Candeias e Arsénio de Oliveira Cristóvão. -----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica; Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos e Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira.-----

Verificando-se quórum, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas. -

### ANTES DA ORDEM DO DIA

*Intervenção da Senhora Presidente:* “Relativamente à Prestação de Contas 2014, peço desculpa pela documentação não ter sido entregue em tempo útil, contudo existiram razões para o facto, que serão explicadas pela Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira. -----

Creio que após a explicação e análise da documentação da Prestação de Contas teremos condições para proceder à votação. No entanto, ponho à vossa consideração o agendamento de uma reunião extraordinária uma vez que a documentação em causa terá de ser entregue aos eleitos da Assembleia Municipal.-----

*Intervenção do Senhor Vereador António Luís Fernandes Mendes, do Partido Socialista:* “Proponho que algumas questões que temos sobre este assunto sejam colocadas no ponto assuntos diversos.-----

Temos que ser transparentes sobre estas questões, também temos que ter alguma sensibilidade sobre estes assuntos. Nós entendemos a celeridade de todo o processo sobre a necessidade urgente de este assunto ir à Assembleia Municipal. -----

O mais importante para nós é a execução. Não vamos fazer um cavalo de batalha, e, obviamente que por seriedade, gostaríamos que no futuro não fôssemos confrontados com o desconhecido. -----

Faremos uma declaração de voto depois da abstenção. Não seria coerente da nossa parte fazer uma reunião amanhã ou sábado e votar contra ou abstermo-nos”.-----

*Intervenção do Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista:* “É um documento complexo, sou da mesma opinião do Vereador Mendes. Nós achamos que faríamos diferente e melhor. Respeitamos o trabalho e temos o direito que nos assiste que é a posição justa, a abstenção”.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

*Intervenção da Senhora Presidente:* “Agradeço a vossa compreensão”.-----

*Intervenção da Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira:* “A elaboração da Prestação de Contas é um processo tecnicamente complexo que exige, previamente à elaboração do relatório de gestão e do anexo às demonstrações financeiras, a execução de um vasto conjunto de movimentos contabilísticos de regularização, designadamente ao nível da especialização do exercício.-----

O encerramento do ano de 2014 do Município de Constância foi particularmente difícil uma vez que, a acrescer à complexidade acima referida, foram verificadas diversas insuficiências contabilísticas que, caso não fossem corrigidas ainda no exercício de 2014, colocariam em causa o princípio elementar das demonstrações financeiras que é o de manifestar de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do Município.-----

Em termos genéricos, uma vez que consta do documento de prestação de contas o detalhe de todas as situações detetadas e regularizadas, as insuficiências relacionaram-se com:-----

1. Permanência em imobilizado em curso de um valor significativo de investimentos que se encontram concluídos, alguns dos quais já há vários anos, e que deveriam ter sido transferidos para imobilizado firme, possibilitando a sua amortização e consequente especialização dos proveitos quanto aos financiamentos obtidos. Uma vez que as obras contabilizadas tiveram de ser analisadas individualmente, de forma a confirmar se reuniam os requisitos para a sua passagem a imobilizado firme, não foi possível, em tempo útil, regularizar a totalidade do valor. Assim sendo, foi feito um esforço para regularizar o mais possível, tendo transitado cerca de três milhões e meio para imobilizado corpóreo. Note-se que algumas das obras, embora já concluídas fisicamente, não reuniam os requisitos para a sua contabilização em firme, pelo que transitaram para 2015 em curso e aguardam regularização no decurso do ano.-----
2. As amortizações acumuladas encontravam-se subavaliadas pelo facto dos movimentos contabilísticos anuais inerentes às amortizações do exercício aguardarem a passagem dos investimentos para imobilizado corpóreo, conforme descrito no ponto 1.-----
3. A contabilização dos proveitos relativos aos financiamentos comunitários obtidos encontrava-se distorcida, a aguardar os movimentos descritos nos números anteriores. Nalguns casos não foi feita a especialização e, noutros, foi contabilizado como proveito a totalidade do financiamento recebido, distorcendo a situação económico-financeira do município.-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

4. Verificou-se a existência de uma duplicação no registo das dívidas de terceiros decorrente do processo de virtualização da receita. A referida duplicação apenas influenciava a liquidação da receita, não se refletindo a mesma nos valores executados (arrecadados) do ano. A regularização desta duplicação foi efetuada no final do exercício, com consequente impacto ao nível dos proveitos e das dívidas de terceiros. A confirmação dos valores duplicados exigiu um levantamento muito exaustivo da dívida de terceiros, alguma anterior a 2009, o que foi dificultado pelo facto das aplicações informáticas serem relativamente recentes.-----
5. Ainda no concernente à dívida, o levantamento dos valores referido no ponto anterior, permitiu a sua caracterização por antiguidade, tendo sido constituídas de forma rigorosa as provisões de cobrança duvidosa.-----
6. Foi ainda efetuado o levantamento dos processos judiciais em curso e, conforme o risco associado, constituídas as provisões para riscos e encargos.-----

Importa referir que, de harmonia com o art. 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, foi efetuada a contratação do revisor oficial de contas (ROC) do Município de Constância, responsável pela certificação legal de contas. Recorda-se que uma das competências do revisor é emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, pelo que a primeira conta a certificar é a de 2014. Face ao exposto, o município teria duas opções:

- 1.ª opção – Fechar a conta a tempo de cumprir os prazos previstos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo certo que do relatório de certificação constariam reservas sérias quanto aos valores apresentados pelas demonstrações financeiras; ou,-----
- 2.ª opção - Fazer um esforço adicional de forma a executar os movimentos de regularização do exercício suficientes para que as demonstrações financeiras fossem consideradas como fiáveis para emitir opinião por parte do revisor.-----

A 2.ª opção foi a escolhida e penso, salvo melhor opinião, que o resultado final foi positivo. De acordo com o draft da certificação legal de contas, o revisor é de opinião de que “...as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Município de Constância em 31 de dezembro de 2014, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.”.

*Intervenção da Senhora Presidente:* Fez uma breve análise da Prestação de Contas – Saliento a elevada taxa de execução na ordem dos 90%, bem como o investimento na colocação do relvado sintético no campo de futebol, o Centro escolar de Montalvo e ainda a poupança



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

significativa na rubrica de combustíveis. Foi um ano difícil de contenção da despesa e também de muita incerteza devido à indefinição dos fundos comunitários.-----

Por último, não obstante a quebra de receita foi possível manter o apoio social, na educação e às coletividades e associações do concelho”.-----

*Intervenção do Senhor Vereador António Luís Fernandes Mendes, do Partido Socialista:*

“Foi clara e interessante a intervenção da Senhora Dra. Marisa, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira”.-----

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

## ORDEM DO DIA

### 1. EXPEDIENTE

**1.1 - 8.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E 6.ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR) / 2015:** Foi presente 8.ª Alteração ao orçamento e 6.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para o ano 2015. -----

**1.2 - NÚCLEO DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS E APOIO ADMINISTRATIVO - RELAÇÃO DE DESPACHOS - MÊS DE MARÇO/2015:** Foi presente relação de todos os despachos exarados pela Sr.ª Presidente, sobre todos os processos de operações urbanísticas particulares e ainda das licenças, autorizações e comunicações prévias emitidas no decorrer do passado mês de março. -----

**1.3 - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31/12/2014, AO ABRIGO DO PREVISTO NO ART.º 15.º DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO** -----

INFORMAÇÃO: “Nos termos do previsto art. 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, envio para conhecimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal: -----

- Listagem com todos os compromissos plurianuais existentes em 31/12/2014; -----

- Listagem com dívida de terceiros e a terceiros há mais de 90 dias existentes a 31/12/2014.”

### 2. BALANCETE E PAGAMENTOS

**2.1 – BALANCETE:** A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 22 de abril de 2015, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

**Em Cofre:** € 3.647,71 (três mil seiscientos e quarenta e sete euros e setenta e um cêntimos); **Instituições de Crédito:** € 384.171,54 (trezentos e oitenta e quatro mil cento e setenta e um euros e cinquenta e quatro cêntimos); **Aplicações de Tesouraria:** € 4.613,47 (quatro mil seiscientos e treze euros e quarenta e sete cêntimos); **Soma:** € 393.287,72 (trezentos e noventa e três mil duzentos e oitenta e sete euros e setenta e dois cêntimos); **Em Documentos:** € 13.146,85 (treze mil cento e quarenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos); **TOTAL:** € 406.434,57 (quatrocentos e seis mil quatrocentos e trinta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos); **Discriminação do Saldo em Dinheiro:** - **Receitas Próprias:** € 262.789,69 (duzentos e sessenta e dois mil setecentos e oitenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos); - **Operações de Tesouraria:** € 130.498,03 (cento e trinta mil quatrocentos e noventa e oito euros e três cêntimos). -----

### -----3. EDUCAÇÃO E ENSINO-----

#### **3.1 - ESCOLA SECUNDÁRIA C/ 3.º CICLO DO ENTRONCAMENTO - PROTOCOLO DE FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO** -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “Após análise das propostas de protocolo em contexto de trabalho que nos foram apresentadas pela Escola Secundária C/3.º Ciclo do Entroncamento, faço os seguintes considerandos: -----

- a) Considerando as solicitações feitas pela Escola Secundária C/3.º Ciclo do Entroncamento no âmbito do Curso Profissional de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva; -----
- b) Considerando a mais-valia do estágio e a capacidade, competência e experiência que a Câmara Municipal tem para acolhimento destes estágios curriculares, e os excelentes resultados obtidos no cumprimento dos objetivos estipulados; -----
- c) Considerando a boa relação que a CMC tem com as instituições de ensino profissional, vocacional e superior; -----
- d) Considerando que a CMC tem disponibilidade para o acolhimento dos estágios na área proposta; -----
- e) Considerando que se trata de jovens residentes no concelho de Constância; -----
- f) Considerando que o projeto que irá desenvolver não colide com nenhum outro estágio a decorrer na CMC. -----

Propõe-se assim, a sua aprovação”. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de protocolo de formação em contexto de trabalho. -----

### -----4. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

**4.1 - CENTRO DE EMPREGO DE ABRANTES:** E-mail datado de 8 de abril de 2015, solicitando a cedência de espaço, a título gratuito, para a realização de sessão de informação. INFORMAÇÃO: “Considerando o solicitado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo, Serviço de Emprego de Abrantes na comunicação registo n.º 3625, de 08 de abril, propõem-se, salvo melhor opinião em contrário, que seja facultada a sala polivalente da Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill por reunir as condições logísticas ideais. -----

A ser, eventualmente, aprovada a presente proposta mais se propõem que a Câmara Municipal autorize isentar o requerente do pagamento das taxas devidas, no valor total de 17,40 €, nos termos do Regulamento de Taxas e Outras Receitas, Licenças e Posturas Municipais, considerando a pertinência social e o interesse público da iniciativa – informação coletiva, sobre Programas e Medidas de Emprego, aos candidatos do Concelho de Constância”. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, isentar o pagamento da taxa devida. -----

### **4.2 - NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA FEIRA DE ANTIGUIDADES E VELHARIAS - POMONAS CAMONIANAS** -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “Relacionado com o assunto em epígrafe, sugere-se que sejam analisadas e eventualmente aprovadas as presentes normas, destinadas a enquadrar o funcionamento da Feira de Antiguidades e Velharias nas Pomonas Camonianas”. -----

#### **NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA FEIRA DE ANTIGUIDADES E VELHARIAS DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA: Preâmbulo** -----

As feiras constituem, na sua génese, espaços de troca comercial. Por sua vez as antiguidades ou velharias são retratos vivos de um passado, mais ou menos recente, que importa preservar. -----

O comércio de antiguidades e velharias é uma prática exercida, desde há uns anos a esta parte, nas Pomonas Camonianas. Através da organização de uma feira de antiguidades e velharias no Concelho de Constância, pretende-se promover junto da população o interesse pelos testemunhos do passado, incentivar o colecionismo, mas também aumentar a oferta cultural. -----

Tal prática comercial constitui já uma atração turística de quem nos visita neste dia, sendo cada vez mais, o número de pessoas interessadas em manifestar o seu gosto pela aquisição, venda e/ou troca de objetos com história, e que lhes lembre tempos já idos. -----



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

Importa, contudo, disciplinar a atividade comercial ali exercida, atendendo à natureza dos produtos, e para que a feira se desenvolva de forma disciplinada e com a máxima de qualidade. -----

Face ao exposto, e no uso das atribuições conferidas ao Município nos termos do art.º 64º, n.º 2, alínea l) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pelo art.º 33º, n.º 1, alínea ff) da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, é regulamentada a Feira de Antiguidades e Velharias, nos seguintes termos: -----

## -----Artigo 1º-----

### -----Objeto-----

1. A presente Norma visa estabelecer a organização e funcionamento da Feira de Antiguidades e Velharias do Município de CONSTÂNCIA, adiante designada por Feira. ----

## -----Artigo 2º-----

### -----Âmbito-----

1. A Feira é uma iniciativa municipal que, não obstante se enquadrar na atividade de comércio a retalho não sedentário, pretende sobretudo promover a componente lúdica associada à exposição e amostra de objetos de valor simbólico, de diferentes períodos de produção ou fabricação, mas sempre de épocas mais ou menos remotas. -----

2. A Feira destina-se exclusivamente à venda/compra/troca de objetos antigos e velharias, designadamente, livros e afins, discos, brinquedos, porcelanas, artigos decorativos, pequenos móveis e eletrodomésticos, moedas, artigos de ourivesaria, tapeçarias, pinturas e outras pequenas velharias de uso pessoal ou doméstico. -----

3. Em caso algum será permitida a venda de objetos, produtos ou materiais não enquadráveis no conceito de antiguidade ou velharia, designadamente, os seguintes: -----

1. Produtos alimentares de qualquer natureza; -----
2. Medicamentos e especialidades farmacêuticas; -----
3. Combustíveis de qualquer tipo; -----
4. Munições, pólvora e quaisquer materiais explosivos e detonantes; -----
5. Materiais de construção civil; -----
6. Quaisquer outros artigos, quando novos; -----
7. Produtos de contrafação e pirataria. -----

## -----Artigo 3º-----

### -----Localização-----

1. A Feira realiza-se normalmente na Avenida das Forças Armadas e Praça Alexandre Herculano na vila de CONSTÂNCIA. -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

2. A Feira poderá realizar-se em outro local da vila de CONSTÂNCIA ou em qualquer outra localidade do município, alternada ou simultaneamente com a localização definida no número anterior. -----

3. A realização da Feira nos termos previstos no número anterior será anunciada com a devida antecedência, e precedida de despacho do Presidente da Câmara Municipal, ou do Vereador com competências delegadas. -----

### -----Artigo 4º-----

#### -----Periodicidade e horário de funcionamento-----

1. A Feira realiza-se anualmente, dia 10 de junho entre as 08.00 e as 19.00 horas.

2. Em situações particulares, por despacho do Presidente da Câmara Municipal, ou do Vereador com competências delegadas, divulgado com a devida antecedência, poderá ser alterada a periodicidade e/ou o horário de funcionamento da Feira. -----

### -----Artigo 5º-----

#### -----Regime de ocupação dos espaços-----

1. A ocupação dos espaços pelos vendedores será pessoal, a título gratuito, limitada ao período de funcionamento, e condicionada aos termos da presente Norma e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. -----

2. Aos vendedores será atribuído um espaço na Feira, devidamente identificado, correspondente a módulos de 2 m de frente por 2 m de profundidade. -----

3. A cada módulo é atribuído um espaço suplementar de 1 m de largura de frente, de cada um dos lados, cuja ocupação fica ao critério do vendedor, mas destinada a exposição ou apoio à exposição e/ou circulação. -----

4. A atribuição dos espaços é feita sequencialmente pela ordem de entrada do pedido de ocupação e é limitada à área disponível. -----

### -----Artigo 6º-----

#### -----Adjudicação prévia dos espaços-----

1. Para efeitos da ocupação a que se refere o artigo anterior, os vendedores deverão requerer, até 2 dias úteis da realização da Feira, em formulário próprio, a atribuição de um espaço, correspondente a 1 ou, no máximo, a 2 módulos, nele indicando o tipo de objetos a vender. --

### -----Artigo 7º-----

#### -----Ocupação no dia da Feira-----

1. Para efeitos de fiscalização, cada vendedor deverá ter em sua posse, no dia da Feira, o documento que titula a atribuição prévia do espaço atribuído, sem o qual não será permitida a respetiva ocupação. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

2. No dia da Feira, os vendedores que não sejam titulares da adjudicação prévia referida no número anterior poderão, pela ordem de chegada, ocupar um espaço ainda disponível, nas condições referidas no nº 1 do artigo 6.º, após procederem ao pagamento das taxas devidas à fiscalização municipal. -----

3. No dia da Feira, caso se verifique que o número, de vendedores previamente autorizados não ocupam a totalidade dos espaços da Feira, e que não existem outros vendedores interessados na ocupação, poderão ser atribuídos outros módulos, nas condições referidas nos nº 2 e 3 do artigo 5.º, a cada vendedor já autorizado. -----

### -----Artigo 8º-----

#### -----Modo de ocupação dos espaços-----

1. É da responsabilidade do vendedor o transporte, a instalação e o desmonte da banca de exposição dos objetos antigos e velharias destinados à venda. -----

2. As bancas não podem ocupar qualquer área que ultrapasse os limites do espaço atribuído, nem as áreas destinadas à circulação do público em geral. -----

3. A estrutura das bancas deve ser autoportante, sendo proibido para a sua instalação qualquer perfuração ou fixação que danifique pavimentos ou muros. -----

4. As estruturas das bancas deverão ser forradas superior e lateralmente com tecido grosso opaco. -----

5. Não é permitida a ocupação de lugares de venda com outros apetrechos de venda que não as bancas caracterizadas nos números anteriores, nomeadamente com viaturas ou outros dispositivos moveis. -----

6. As viaturas utilizadas pelos vendedores, para o transporte das bancas e dos objetos e velharias destinados à venda, deverão ser retiradas das imediações do recinto da Feira antes desta se iniciar e aparcadas em local autorizado e suficientemente afastado para não prejudicar o enquadramento visual do certame. -----

7. O desmonte das bancas e o seu carregamento, assim como dos objetos antigos e velharias não vendidos, nas viaturas utilizadas pelos vendedores para o seu transporte, somente poderão ter lugar após a hora de encerramento da Feira. -----

### -----Artigo 9º-----

#### -----Obrigações dos vendedores-----

Ao abandonar a Feira, cada vendedor fica obrigado a deixar o espaço que ocupou completamente livre e limpo, removendo resíduos e quaisquer outros detritos para os recipientes de recolha adequados, sendo que a falta de cumprimento implica a aplicação das sanções previstas nas posturas municipais respetivas. -----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

## -----Artigo 10º-----

### -----Disposições finais-----

Os casos omissos e as dúvidas que se suscitarem na aplicação da presente Norma serão resolvidos pela Câmara Municipal. -----

## -----Artigo 11º-----

### -----Entrada em vigor-----

A presente Norma entra em vigor imediatamente após aprovação em reunião do Executivo da Câmara Municipal de Constância. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar as normas de funcionamento da Feira de Antiguidades e Velharias nas Pomonas Camonianas. -----

## -----5. SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES-----

### **5.1 - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AO ASSOCIATIVISMO 2014 - APETRECHAMENTO - CLUBE ESTRELA VERDE** -----

INFORMAÇÃO: “No seguimento da informação deste serviço nº 052/2014, e posterior parecer do Senhor Vereador Daniel Martins, assim como do nosso ofício nº 00241 de 6 de fevereiro de 2015, vem agora o Clube Estrela Verde solicitar a inclusão das despesas tidas com a aquisição de material para a patinagem (patins e acessórios), as quais não tinham sido previstas na candidatura apresentada, em detrimento da aquisição de fatos de gala, também para aquela secção desportiva. -----

As despesas, no valor total de 3.229,15 €, a serem apoiadas com 25% sobre o valor das mesmas, conforme tem sido prática da autarquia, significarão uma comparticipação de 807,29 €. -----

O apoio, a ser concedido, será efetuado ao abrigo da alínea u), do número 1, do artº 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a comparticipação de € 807,29 (oitocentos e sete euros e vinte e nove cêntimos). -----

### **5.2 - ASSOCIAÇÃO FILARMÓNICA MONTALVENSE 24 DE JANEIRO - PEDIDO DE SUBSÍDIO** -----

INFORMAÇÃO: “Vem a Associação Filarmónica Montalvense 24 de Janeiro solicitar um subsídio para fazer face aos encargos tidos com o aluguer de autocarro, para transporte da sua Banda com vista à participação no desfile nacional de bandas filarmónicas, em Lisboa, no dia 1 de dezembro de 2014. -----

De salientar que a necessidade de aluguer do referido veículo se deveu à indisponibilidade do nosso autocarro, por avaria. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

Para o efeito, a coletividade junta uma fatura da empresa RD Tur Transporte Passageiros, Unip., Lda., no valor de 360,00 €. -----

O apoio, a ser concedido, será efetuado ao abrigo da alínea u), do número 1, do artº 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o apoio solicitado. -----

### **5.3 - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AO ASSOCIATIVISMO 2014 - APETRECHAMENTO - ASSOCIAÇÃO FILARMÓNICA MONTALVENSE 24 DE JANEIRO** -----

INFORMAÇÃO: “No seguimento da informação deste serviço nº 005/2015, e posterior parecer do Senhor Vereador Daniel Martins e Despacho da Senhora Presidente, assim como do nosso ofício nº 00374 de 20 de fevereiro de 2015, vem agora a Associação Filarmónica Montalvense 24 de Janeiro solicitar a inclusão das despesas tidas com a aquisição de fardamento para a banda daquela coletividade, as quais não tinham sido previstas na candidatura apresentada. -----

As despesas, no valor total de 2.699,95 €, a serem apoiadas com 25% sobre o valor das mesmas, conforme tem sido prática da autarquia, significarão uma comparticipação de 674,99 €. -----

O apoio, a ser concedido, será efetuado ao abrigo da alínea u), do número 1, do artº 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a comparticipação de € 674,99 (seiscentos e setenta e quatro euros e noventa e nove cêntimos). -----

### **5.4 - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AO ASSOCIATIVISMO 2014 - ASSOCIAÇÃO FILARMÓNICA MONTALVENSE 24 DE JANEIRO - APETRECHAMENTO** -----

INFORMAÇÃO: “No seguimento da informação nº 005/2015 deste serviço, e no seguimento do posterior parecer do Senhor Vereador Daniel Martins e do despacho da Senhora Presidente da Câmara, solicito: -----

**Que seja revogada a deliberação de 5 de junho de 2014, e que seja concedido um apoio de 25% sobre as despesas elegíveis agora apresentadas, nos seguintes termos: -----**

**Apoio à Realização de Investimento: 146,75 € -----**

**Apoio ao Desenvolvimento de Atividades: 211,00 € -----**

O apoio, a ser concedido, será efetuado ao abrigo da alínea u), do número 1, do artº 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

A Câmara deliberou por unanimidade, revogar a deliberação de 5 de junho de 2014 e conceder um apoio de 25% sobre as despesas elegíveis apresentadas. -----

### **5.5 - PROGRAMA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DO MUNICÍPIO** -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “Terminado o período para apresentação de candidaturas no âmbito do Programa de Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros do Município de Constância propõem-se que: -----

- A Câmara Municipal designe uma comissão de análise a qual terá por missão avaliar as candidaturas apresentadas pelas entidades do concelho, no âmbito do programa de Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros e apresentar uma proposta dos apoios a prestar; -----

- A referida Comissão seja constituição por: -----  
Carlos Alberto Ferreira de Amorim – Sub.Org. de Serviços Sociais, Culturais, Desportivos e Turismo -----

Luís Fernando Mira Correia - Sub.Org. de Serviços Sociais, Culturais, Desportivos e Turismo -----

Sandra Isabel Luís dos Santos - Sub.Org. de Serviços Sociais, Culturais, Desportivos e Turismo -----

Sérgio Paulo Fernandes Correia – Divisão Municipal de Serviços Técnicos -----  
Suplente: -----

Maria João Pereira Ferreira - Sub.Org. de Serviços Sociais, Culturais, Desportivos e Turismo”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a constituição da Comissão. -----

### **5.6 - GRUPO RECREATIVO E DESPORTIVO DE VALE DE MESTRE "OS RELÂMPAGOS" - PEDIDO DE APOIO** -----

INFORMAÇÃO: “Relativamente ao assunto designado em epígrafe, e reportando-me ao pedido formulado no passado mês de março pelo Grupo Recreativo e Desportivo de Vale de Mestre “ Os Relâmpagos “, é referido no conteúdo do e-mail de 17 de março último, que o valor total da obra incluindo IVA de 33.788,10 €. De acordo com a informação prestada pelos Serviços Sociais, Culturais, Desporto e Turismo que se anexa, a coletividade em causa reúne as devidas condições para ser apoiada no âmbito do *Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros do Município de Constância*. -----

Os trabalhos associados às obras de alteração e remodelação das instalações existentes, conforme projeto aprovado por esta divisão, correspondem na generalidade ao seguinte: ----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

Demolição das paredes existentes; -----  
Execução da estrutura de sapatas, pilares e vigas; -----  
Execução de novas paredes de alvenaria de tijolo; -----  
Revestimentos exteriores e interiores com reboco de argamassa de cimento e areia; -----  
Execução da cobertura com telha cerâmica vermelha; -----  
Execução das redes de distribuição de água fria, água quente, rede de gás, drenagem de águas residuais, bem como de eletricidade e iluminação; -----  
Revestimento de paredes com azulejo cerâmico vidrado na zona da cozinha e reboco de cimento e areia nas restantes superfícies; -----  
Revestimento de pavimentos em toda a área com mosaico cerâmico antiderrapante; -----  
Instalação de loiças, torneiras e demais acessórios nas instalações sanitárias, etc; -----  
Telheiro com assador e chaminé para exaustão de fumos, com cobertura em telha cerâmica, contíguo à edificação existente no alçado poente; -----  
Verifica-se nesta data que os trabalhos em apreço já se encontram em adiantado estado de execução, incluindo pinturas no exterior na cor branco. -----

O valor total da obra, conforme foi já referido atrás, representa **33.788,10 € incluindo IVA**, valor este que me parece correto e ajustado, tendo em consideração a dimensão e tipologia da obra em apreço, em função dos preços médios praticados na zona para obras desta natureza, à semelhança de outros trabalhos idênticos que são do conhecimento do signatário da presente informação. -----

Na generalidade o conjunto das despesas associadas a esta obra, reporta-se a obras de alteração e remodelação, que se enquadram na alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros do Município de Constância, aprovado pela Assembleia Municipal em reunião de 30/09/2011. -----

Em função do disposto, considera-se que estão reunidas as condições para deferir o pedido formulado, sendo da competência da Câmara Municipal a sua atribuição, nos termos do artigo 8 do referido regulamento, desde que a entidade em apreço cumpra os requisitos estabelecidos no artigo 4.º do regulamento”. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a comparticipação de 25% sobre o valor de € 33.788,10, mediante a apresentação dos respetivos documentos de despesa. -----

### -----6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

#### **6.1 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2014** -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

INFORMAÇÃO: “Nos termos do previsto na alínea l do n.º 2 do art.º 25.º, conjugada com a alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, coloca-se à aprovação do órgão executivo a proposta de Prestação de Contas de 2014, para posterior submissão à Assembleia Municipal para apreciação e votação. -----

É o que me cumpre informar.” -----

A Câmara deliberou por maioria aprovar, com duas abstenções dos Vereadores António Luís Fernandes Mendes e Natércio Francisco Canelhas Candeias do Partido Socialista. -----

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Constância. -----

Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram Declaração de Voto: “Os Vereadores do PS, abstêm-se na votação da prestação de contas 2014.-----

Compreendem e aceitam as razões do atraso na entrega dos documentos, por muita vontade que tivessem em fazer uma análise aos mesmos, mesmo que apressadamente, essa análise nunca seria possível com a entrega no ato da reunião que os deveria discutir.-----

Assim, lamentamos a situação e desejamos que no futuro esta situação não se repita”.-----

### **6.2 - APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2014 – PROPOSTA** -----

INFORMAÇÃO: “Nos termos do previsto no ponto 2.7.3.1 do Pocal coloca-se à consideração do órgão executivo a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício para posterior submissão ao órgão deliberativo para aprovação. -----

Propõe-se que o resultado líquido do exercício seja aplicado na conta 59 “Resultados Transitados”, não se prevendo a repartição desta conta por reforço do património ou constituição/reforço de reservas pelo facto do resultado líquido assumir valor negativo em 2014. -----

A proposta de aplicação do resultado integra os documentos de prestação de contas (ponto 3.2.4 do relatório de gestão). -----

É o que me cumpre informar”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Constância. -----

### **6.3 - BALANÇO SOCIAL DE 2014** -----

INFORMAÇÃO: “Nos termos do previsto no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro, que regulamenta a elaboração do balanço social da administração pública central, regional e local, submete-se à consideração do órgão executivo a proposta de Balanço Social de 2014 do Município de Constância para posterior remessa ao órgão deliberativo para aprovação.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

A proposta de balanço social integra o documento de Prestação de Contas de 2014 (Capítulo V) -----

É o que me cumpre informar”. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Constância. -----

### **6.4 - 1.ª REVISÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2015**

INFORMAÇÃO: “Nos termos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33 conjugada com a alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 3 de Setembro, submeto à consideração do órgão executivo a proposta de revisão aos documentos previsionais de 2015, para posterior encaminhamento à Assembleia Municipal para aprovação. -----

É o que me cumpre informar”. -----

A Câmara deliberou por maioria, aprovar a 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais para o Ano de 2015, com duas abstenções dos Vereadores António Luís Fernandes Mendes e Natércio Francisco Canelhas Candeias do Partido Socialista. -----

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Constância. -----

### **6.5 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO RELATIVO À CONSTRUÇÃO DAS ACESSIBILIDADES AO CENTRO ESCOLAR DE MONTALVO NO MONTANTE DE 250.000,00 EUROS** -----

INFORMAÇÃO: “No seguimento da consulta efetuada a diversas entidades bancárias no sentido de apresentarem proposta de financiamento para o investimento inerente à acessibilidades ao Centro Escolar de Montalvo, nos termos e nas condições apresentadas no ofício enviado pelo Município, foram rececionadas propostas das seguintes entidades: -----

- Caixa Geral de Depósitos; -----

- Caixa Económica Montepio Geral; -----

- Banco Santander Totta, SA; -----

- Banco BPI. -----

As propostas foram cuidadosamente analisadas, tendo sido elaborado o relatório de análise comparativa das mesmas (em anexo), que permite concluir que a proposta mais vantajosa para o Município é a apresentada pelo Banco Santander Totta, SA. -----

Face ao exposto, nos termos do previsto no n.º 4 do art.º 25.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, propõe-se que a Câmara Municipal, por força da alínea f9 do n.º 1 do art.º 25 conjugado com o n.º 4 do art.º 25, ambos da Lei n.º 75/2015, de 12 de Setembro, submeta à





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

aprovação da Assembleia Municipal a contratação do empréstimo, nos termos do relatório de avaliação das propostas de empréstimo apresentadas”. -----

A Câmara deliberou por maioria, aprovar, com uma abstenção do Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias do Partido Socialista e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Constância. -----

### **6.6 - CRITÉRIO A APLICAR NA AFETAÇÃO DO PASSIVO DA RESITEJO À DÍVIDA DO MUNICÍPIO, NO ÂMBITO DO DETERMINADO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 54 DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO – PROPOSTA** -----

INFORMAÇÃO: “Considerando que: -----

1. A Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua versão atual, veio estabelecer, nos seus artigos 52.º e 54.º, um novo conceito de endividamento municipal; -----
2. De acordo com este novo conceito, é relevante para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia a dívida das entidades participadas; -----
3. Decorre desta norma que a contribuição para a dívida do município destas entidades será o valor apurado da dívida total de operações orçamentais multiplicado pela participação do município na mesma; -----
4. As entidades que relevam para o apuramento da dívida são: -----
  - Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso de acordo com o critério previsto no n.º 4 do art. 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (alínea a) do n.º 1 do art. 54.º); -----
  - As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento. Incluem-se também as associações participadas não exclusivamente por municípios, desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências deste (alínea b) do n.º 1 do art. 54.º conjugado com o n.º 2 do referido artigo); -----
  - As empresas locais e participadas de acordo com os art.ºs 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, excepto se se tratar de empresas abrangidas pelos sectores empresariais do Estado ou regional, por força do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

dezembro, proporcional à participação direta ou indireta do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no art. 40.º daquela lei (alínea c) do n.º 1 do art. 54.º); -----

- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação direta ou indireta do município (alínea d) do n.º 1 do art. 54.º); -----
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do art. 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total (alínea e) do n.º 1 do art. 54.º); -----

É inquestionável a inclusão da Resitejo no grupo autárquico do município de Constância, decorrendo da alínea b) do n.º 1 do art. 54.º, conjugada com o n.º 2 do referido artigo, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, **que a dívida da Resitejo releva para a dívida municipal.** -----

Subsistem dúvidas quanto ao **critério de imputação da dívida da participada na dívida municipal.** -----

De harmonia com a alínea b) do n.º 1 do art. 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, a imputação deve ocorrer de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expreso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento. -----

Entende a DGAL que “*nas entidades participadas que apliquem o Pocal, o cálculo da dívida total de operações orçamentais será igual ao utilizado para o município, sendo que a contribuição para a dívida do município será o valor apurado multiplicado pela participação do município na entidade.*” -----

Sucedem que em Assembleia Geral de 12 de Novembro de 2014, a Resitejo deliberou adotar um critério alternativo que assenta na seguinte lógica: -----

- 1.º - Apurar as despesas de funcionamento da Resitejo que correspondem aos seus gastos com o funcionamento da sua estrutura; -----
- 2.º - Apurar o peso das quotas pagas pelos municípios no total das despesas de funcionamento; -----
- 3.º - Aplicar a percentagem apurada no ponto 2. ao total da dívida da Resitejo, sendo esse o valor a distribuir pelos municípios de acordo com a proporção das quotas que cada município paga à Resitejo. -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

Face ao exposto, e nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do art. 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, coloca-se à consideração da Assembleia Municipal o critério a adotar pelo Município de Constância na imputação da dívida da Resitejo na dívida municipal. -----

Mais informo que a Resitejo solicitou parecer à Procuradoria-Geral da República acerca da legalidade e validade do critério aprovada na citada Assembleia Geral. -----

É o que me cumpre informar”. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aguardar o parecer da Procuradoria-Geral da República, por persistir dúvidas acerca da legalidade e validade do critério aprovado na Assembleia Geral da Resitejo. -----

### **6.7 - PROPOSTA DE DELEGAÇÃO NA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA COMPETÊNCIA PARA A AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E REVOGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA CONCEDIDA NA SESSÃO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014** -----

INFORMAÇÃO: “Considerando que: -----

1. A alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual, dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita no que respeita às entidades da administração local a autorização prévia da Assembleia Municipal; -----

2. Nos termos do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua versão atual, a referida autorização pode ser dada desde logo aquando da aprovação dos documentos previsionais (art.º 12.º); -----

3. A Lei n.º 21/2015, de 17 de março, que procedeu à alteração e republicação da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, permite, no n.º 3 do seu art.º 6.º que: “Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência referida na alínea c) do n.º 1 pode ser delegada no presidente da câmara”; -----

4. O Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, dispõe no seu art. 22.º que a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico que não seja o da sua realização não pode ser efetivada sem prévia autorização do órgão deliberativo, salvo quando resultem de planos plurianuais aprovados, ou quando os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo não exceda os 3 anos. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 9/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23-04-2015

Propõe-se: -----

1. Que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal a delegação na Sr.ª Presidente da Câmara da competência para autorizar compromissos plurianuais de valor inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho. -----

2. Que em todas as sessões ordinárias da assembleia municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da delegação de competência que ora se propõe. -----

3. Que seja revogada a deliberação relativa à autorização prévia de compromissos plurianuais tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 22 de dezembro de 2014". --

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Constância. -----

### -----7. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----

### -----8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

E não havendo mais nada a tratar a Senhora Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezassete horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pela Excelentíssima Senhora Presidente e por mim *Aua Silveira*, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

A Presidente da Câmara,

*Julia Amoreira*

A Coordenadora Técnica,

*Aua Silveira*